



A CULTURA AFRO-BRASILEIRA ENQUANTO MEDIAÇÃO DE UMA PRÁXIS EDUCATIVA A PARTIR DO FEMINISMO NEGRO COM MULHERES NEGRAS

GT 15 – RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO

Trabalho Completo

Genecília Aparecida de Ataídes LACERDA (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

geneci.lacerda@gmail.com

Ana Luisa Alves CORDEIRO (Docente do Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

analuisatri@gmail.com

Resumo

Este artigo faz parte de uma abordagem sobre minhas inquietações referente as mulheres pretas e sua representatividade na cultura afro-brasileira, e o enfrentamento às opressões de raça, gênero e classe. O objetivo aqui é refletir sobre a cultura afro-brasileira enquanto mediação de uma práxis educativa a partir do feminismo negro com mulheres negras. Esta pesquisa tem como aporte teórico-metodológico referenciais do Feminismo Negro e da Educação das Relações Étnico-raciais. De abordagem qualitativa, caracteriza-se enquanto pesquisa bibliográfica. A mediação da cultura afro-brasileira no processo educativo de estudantes negras, pode contribuir para a construção de múltiplas perspectivas de identidades que valorizem a cultura afro-brasileira e de mulheres negras, implicando em processos de autoafirmação e autodefinição de mulheres negras.

Palavras-chave: Feminismo Negro. Mulheres Negras. Cultura Afro-brasileira.

1 Introdução

O estudo do projeto de pesquisa “A cultura afro-brasileira como mediação de uma práxis educativa a partir do feminismo negro com mulheres negras”, surgiu a partir das reflexões que despertaram durante minhas experiências como ativista feminista, musicista e professora de projetos sociais e em escolas da periferia de Cuiabá. Após a conclusão do curso de Licenciatura em Música da UFMT, se deu início a minha trajetória de professora em escolas públicas, foi então que me deparei com um cenário impactante, foi quando surgiram minhas inquietações e presenciei muitas situações de racismo cotidiano, *bullying*, machismo, homofobia, violência etc., tudo isso acontecendo em uma escola onde a maioria de estudantes eram negras.

A disciplina “Relações Étnico-raciais” que cursei durante a graduação e que faz parte do cumprimento da Lei n. 10.639/2003, fruto das lutas do movimento negro, fez toda a diferença no meu planejamento escolar e como estratégia diante as situações de opressões. Então parti do princípio em trabalhar com esses estudantes, a arte musical, cênica e a cultura afro-brasileira. Primeiro tentei trabalhar a arte cênica, com o poema “gritaram me negra” de Vitoria Santa Cruz, procurei por alunas negras e alunos negros para compor o elenco da peça, porém me deparei com resistências dos e das estudantes em participar sob alegação de que não eram negras e negros. Com isso questionei, como assim numa sala onde minha leitura sobre aqueles corpos é de que a maioria eram pessoas negras?

A resposta a essa questão estava visível na maneira desprezível na qual se tratavam falas estereotipadas, a maioria carregada de preconceito principalmente direcionadas as meninas negras, onde tudo nelas eram relacionados ao negativo, ruim e feio. Nesse instante recordei do meu “tornar se negra”, foi todo um processo de desconstrução e reconstrução nada fácil, percebi que chegara o momento de trazer para nossa troca de saberes as relações étnico-raciais, usando como intermediação na práxis educativa a cultura afro-brasileira e a música. Fizemos um longo percurso, onde a cada dia era perceptível o quanto se reconheciam e se fortaleciam com a cultura afro-brasileira pertencente a cada uma daquelas pessoas, no que resultou em inúmeras apresentações culturais. Finalmente o elenco composto por estudantes negras e negros que abrilhantaram ao representar o poema musicado de Vitoria Santa Cruz, “gritaram me negra” para toda a escola.

Três fatos relacionados a música que aconteceram comigo, me levou a querer realizar esse trabalho de pesquisa, o primeiro foi uma atitude racista de uma professora de piano que se negou a me dar aulas sob a justificativa de que iria aposentar, no entanto continuou as aulas com as meninas brancas, esse fato ocorreu após eu com seis anos de idade me destacar no piano enquanto as alunas brancas de mais idade e com mais tempo de aula não conseguiam sequer tocar ainda. Segundo foi familiar, eu era apaixonada por violão devido a ouvir e ver meu pai tocar, mas antes de falecer ele fez mamãe prometer investir nos estudos de violão para meu irmão aprender, e assim ela cumpriu o prometido, quanto a mim se quis aprender foi de ouvido e superando os boicotes do meu irmão que não aceitava eu tocar violão. E por fim e mais recente fato, aconteceu quando eu estava participando de um ensaio tocando “xequere” junto a um grupo de homens que tocavam tambores, vi alguns tambores sobrando, então eu e outras mulheres que ali estavam resolvemos nos aventurar na percussão e começamos a tocar, um senhor se aproximou de mim e ordenou que eu largasse o instrumento e fosse cantar pois segundo suas palavras “mulher não pode tocar tambor”, as mulheres ao ouvirem essa fala



entregaram os atabaques aos homens e se retiraram, eu continuei a tocar até o fim da canção sobre a reprovação daquele homem.

Foi por conta dessas inquietações que surgiu a ideia do meu projeto de pesquisa, que se tornou realmente possível após participação no projeto de extensão “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros”, coordenado pela Profa. Dra. Ana Luisa Alves Cordeiro, no âmbito do programa de extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE/UFMT), onde tive a oportunidade de entrar em contato com escritoras e intelectuais negras tais como Audre Lorde, Carla Akotirene, Grada Kilomba, bell hooks¹, Patrícia Hill Collins, Ângela Davis, Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza, Conceição Evaristo, Maria Aparecida Silva Bento e Oyèrónké Oyèwùmí. Nesse grupo de formação nos chegávamos com os textos lidos e anotações para a roda de conversa, onde a partilha de conhecimento era de pretas para pretas, foi aí que adentrei ao feminismo negro. Essas experiências despertaram meu interesse em refletir sobre cultura afro-brasileira como uma ferramenta educacional e seu papel na promoção do ensino do feminismo negro.

O feminismo negro implica no movimento de construção coletiva, fundamental para atender as necessidades reais das mulheres negras. Patrícia Hill Collins (2019) expressa sobre o pensamento feminista negro que:

O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. Diversas premissas fundamentam essa definição em construção. Primeiro, a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras (Berger & Luckmann, 1996; Mannheim, 1954). Dessa forma, enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras (Collins, 2019, p.101).

Este trabalho está organizado em cinco tópicos: Introdução; “Mulheres negras em movimento”; “Rompendo as barreiras do silenciamento”; “Movimento por conquista da Lei n. 10.639/2003”; Considerações Finais; e Referências.

2 Mulheres negras em movimento

O movimento das mulheres negras no Brasil na década de 1980, teve um momento crucial de organização e resistência. Surgido como resposta às múltiplas formas de discriminação enfrentadas pelas mulheres negras, tanto dentro dos movimentos feministas

¹ bell hooks pede que seu nome seja escrito todo em minúsculo pois refere-se a um pseudônimo de Gloria Jean Watkins, sua avó, a quem ela admirava por não ter medo de falar e presta essa homenagem.



dominados por mulheres brancas, quanto dentro dos movimentos negros predominantemente masculinos. Entre as principais figuras desse movimento estão Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Thereza Santos, entre outras. Elas buscavam visibilidade para as questões específicas das mulheres negras, como o racismo, sexismo e a interseccionalidade dessas opressões.

No desenvolvimento da luta antirracista, após os anos 70, o movimento negro também aprofunda a sua atuação e análise. A partir da experiência de reprodução das desigualdades de gênero, vividas no interior do próprio movimento negro, as mulheres negras se organizam e fundam nos anos 80, o Movimento das Mulheres Negras, que hoje faz parte de uma articulação latino-americana e internacional de mulheres negras. As mulheres negras, hoje, ocupam um espaço na militância política, atuando nas comunidades-terreiro, na articulação política, nos partidos, nas ONG'S, nos projetos educacionais. Podemos dizer que a questão de gênero só passou a ser pautada como uma forte preocupação da prática e das questões do movimento negro devido à pressão das mulheres negras. Estas têm exercido uma luta contínua não só no interior da comunidade negra, mas no debate com o Estado para a implementação de políticas públicas de saúde, emprego e educação que contemplem a articulação entre raça e gênero (GOMES, 2010, p. 141-142).

Foi um período de articulação política, debates teóricos e ações concretas para combater a marginalização e promover a inclusão das mulheres negras na sociedade brasileira. Além de lutar contra opressões estruturais, o movimento das mulheres negras também contribuiu significativamente para a construção de uma identidade coletiva e para valorização da cultura afro-brasileira. Suas contribuições foram fundamentais para abrir caminho para a discussão e o reconhecimento das desigualdades raciais e de gênero no Brasil contemporâneo.

3 Rompendo as barreiras do silenciamento

Quando a autora Grada Kilomba (2019) em seu livro “Memórias de Plantação” cita o poema de Jacob Sam-La Rose no qual ele diz: “Pra que escrevo, porque eu tenho de, porque minha voz em todos seus dialetos, tem sido calada por muito tempo”. Essas quatro estrofes representam uma vida de luta das mulheres pretas diante da violência e opressões sofridas:

Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos, e dos muitos lugares que não podem entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes. Tudo isso parece estar escrito lá. Ao mesmo tempo isto não é apenas um poema sobre a perda contínua causada pelo colonialismo. É também um poema sobre uma forma coletiva de ganhar a voz, escrever e recuperar nossa História escondida (Kilomba, 2019, p. 27).



Ao mesmo tempo que a autora interpreta no poema a violência e opressões que o “colonialismo” fez contra as mulheres negras, Kilomba (2019) também aborda a apropriação da nossa história que quase sempre foi contada pela voz e escrita dos colonizadores. A importância de afirmação da nossa própria voz, da história que a história não conta, significa um ato político.

Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Então, não é mais apenas o lugar onde os indivíduos se encontram; ela impõe também, a esse encontro, formas bem determinadas. Não é mais somente uma condição da vida social, mas um modo de vida social. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como ato político, poema ilustra o ato da escrita como o ato de tornar-se e enquanto escrevo eu me torno a narradora e genitora da minha própria realidade, a autora, a autoridade da minha própria história, nesse sentido eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predestinou, sujeito e objeto (Kilomba, 2019, p. 28).

Kilomba (2019) também aborda em seu livro a questão da máscara, que tem muita representatividade na cultura africana, porém no Brasil representou um marco na história por ser um instrumento de tortura, humilhação e silenciamento de mulheres negras que foram obrigadas a usar esse instrumento de metal colocado entre a língua e o maxilar e amarrado por cordas no pescoço e cabeça, uma verdadeira mordaca de metal, a representação de medidas sádicas da supremacia branca masculina.

Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. [...] Oficialmente, a máscara era usada pelos *senhores brancos* para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Nesse sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo (Kilomba, 2019, p. 33, grifos da autora).

Por que esse interesse em calar a voz da negritude? O que os colonizadores temiam ouvir? Que poder tem a voz negra? Por meio da voz a população negra gera culturas, canta, fala, expressa sua arte cultural, transmite conhecimentos de geração para geração, cultua a ancestralidade, protesta, apoia outras mulheres e se faz ouvir nas lutas por direitos, políticas de ações afirmativas e educação. Por isso as vozes negras são torturadas, rompidas diante da imposição dos idiomas e opressões impostos pelos colonizadores. A luta racial é contínua, sem tréguas, e para as mulheres negras não faltam pautas de luta, no entanto buscam o fortalecimento no conhecimento e aprofundamento sobre as questões raciais e de gênero.

Nesse sentido, Kilomba (2019) aborda o tema do racismo fazendo uma análise da falta de base teórica em torno desta temática e do seu silenciamento, especialmente do racismo cotidiano, o título do capítulo “Dizendo o Indizível” sugere a tentativa de expressar



experiências e realidades que muitas vezes são difíceis de articular ou compreender plenamente. Kilomba (2019) utiliza sua arte para dar voz a narrativas marginalizadas e para desafiar estruturas de poder existentes, convidando o público a refletir sobre questões de injustiça e desigualdade.

A cultura afro-brasileira sempre presente no movimento de mulheres negras, fortalecendo, empoderando e como forma de resistência:

Para as mulheres então, a poesia não é um luxo. É uma necessidade vital da nossa existência. Ela cria um tipo de luz sob a qual baseamos nossas esperanças e nossos sonhos de sobrevivência e mudança, primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível. É da poesia que nos valem para nomear o que ainda não tem nome, e que só então pode ser pensado. Os horizontes mais lógicos das nossas esperanças e dos nossos medos são pavimentados pelos nossos poemas, esculpidos nas rochas que são nossas experiências diárias (Lorde, 2021, p. 47).

Audre Lorde (2021) argumenta que a poesia não é um luxo dispensável, mas sim uma necessidade vital para indivíduos e sociedades. Ela defende que a poesia é uma forma de linguagem que permite às pessoas expressarem suas emoções mais profundas, suas verdades interiores e suas experiências pessoais de uma maneira que vai além das convenções sociais e das normas estabelecidas. Ela enfatiza que a poesia não é apenas para os privilegiados ou para momentos de lazer, mas sim uma ferramenta poderosa de resistência, cura e transformação. Como nesse trabalho de pesquisa também abordaremos a questão cultural envolvendo a cultura afro-brasileira, a conceituada socióloga estadunidense Patrícia Hill Collins (2019), ilustre por trabalhar intersecção raça, gênero e classe, aborda a cultura não apenas como um conjunto de práticas e expressões artísticas, porém como um campo de luta política e social. Ela argumenta que cultura é uma arena onde as relações de poder são negociadas, contestadas e reconfiguradas:

Em contraste com visões de cultura que enfatizam os valores únicos e a-históricos de um dado grupo, a abordagem de feministas negras tem colocado uma maior ênfase no papel de economias políticas historicamente específicas para explicar a resistência de certos temas culturais (Collins, 2019, p. 101)

Definição de cultura por Mullings:

[...] símbolos e valores que criam a moldura de referência ideológica pela qual as pessoas tentam lidar com as circunstâncias nas quais se encontram. **Cultura...** não é composta de características estáticas e discretas que podem ser movidas de um local para o outro. Ela é constantemente mudada e transformada à medida que novas formas são criadas a partir das antigas. Portanto, **cultura...** não surge do nada: ela é criada e modificada por condições materiais (Mullings, 1986, p. 13 *apud* Collins, 2019, p.110, grifos nossos).

4 Movimento por conquista da Lei n. 10.639/2003

Realização





Antes de caminhar para as considerações finais desse artigo é importante trazer uma grande conquista histórica na área da educação étnico-racial, que resultou num grande avanço para a população negra e indígena, quando foi sancionada a Lei n. 11.645/2003 que alterou a Lei n. 10.639/2003 acrescentando a cultura indígena, dos povos indígenas pelo reconhecimento enquanto sujeitos da história, reivindicando políticas que os e as contemplassem, possibilitando levar para a sociedade e escolas o debate do perfil indígena, suas diversidades, as diferenças dos mais diversos campo de sua cultura.

A Lei n. 11.645/2003 é uma conquista tanto dos povos negros, quanto dos indígenas sendo de grande relevância na contribuição do processo de desconstrução da crença de que o diferente é naturalmente inferior. No entanto, o aprofundamento do estudo da pesquisa ocorrerá com foco na Lei n. 10.639/2003 devido a temática africana ter mais relação com o objeto de estudo no meu trabalho.

A luta do movimento negro com base no empenho de fazer com que o Ministério da Educação entendesse que no país sempre existiu uma lacuna histórica com relação ao ensino da cultura e história africana no Brasil, contribuiu para que a Lei n. 10.639/2003 fosse estabelecida, sendo a referida lei uma conquista fundamental para a compreensão do processo cultural da população negra, que sempre contribuiu e contribui na questão social, política e na formação do Brasil. O resgate da história africana com mais força para dentro das escolas aumenta o debate racial, auxilia no processo de identificação da população negra, contradiz com a cultura europeia pré-estabelecida como única narrativa e vem contribuindo para diminuição do racismo.

Coerentemente com suas reivindicações e propostas históricas, as fortes campanhas empreendidas pelo Movimento Negro tem possibilitado no Estado brasileiro formular projetos no sentido de promover políticas e programas para população afro-brasileira e valorizar a história e a cultura do povo negro. Entre os resultados, a Lei nº 9.394/96 foi alterada por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas no currículo oficial da Educação básica e incluiu no calendário escolar o dia o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (SECAD, 2010, p.19)

Houve todo um percurso de construção onde o movimento negro teve o papel determinante para resgatar sua histórica, cultura, ancestralidade que caracterizam sua identidade, até a conquista de leis que garantam seus direitos. Diante dessas inúmeras lutas o avanço nas questões raciais vem ganhando força a cada conquista.



O movimento negro vem travando durante todos esses anos lutas contra o racismo, uma das formas mais marcantes desse processo excludente fora e dentro das escolas, que se manifesta de várias formas, sendo elas de maneira explícita, velada, e até sutil.

Tiraram do povo negro a liberdade e o direito de ser, porém ele foi à luta e travou batalhas. Cada lei conquistada é avanço que não permite retrocessos, pois os negros e as negras sentiram e carregam na pele as marcas de cada conquista. O povo negro não tem tempo para esperar, o tempo é agora, pois sua luta é permanente.

O cumprimento da Lei não é somente responsabilidade do/a professor/a e nem das instituições gerais de ensino, mas certamente exige esforços dos/as docentes, discentes e todos/as os/as cidadãos/ãs. É preciso que haja comprometimento de todas as pessoas com a luta contra o racismo que gera violência, preconceito, discriminação e segregação tanto no interior das instituições de ensino quanto fora delas.

A militância, ciência e prática profissional não são indissociáveis, elas estão articuladas para contribuir no sentido da emancipação e da cidadania. Se cada cidadão e cidadã se comprometessem em militar em seu espaço cotidiano, os/as professores/as e acadêmicos em suas instituições e fora de seus muros levando em conta uma educação libertadora, a emancipação seria viável, tendo em vista que conjuntura atual evidencia o acirramento da desigualdade racial e social.

E como canto em uma de minhas canções: “Ninguém nasce racista, se aprende com alguém, e se aprende, desaprende aprendendo”, a educação é um dos caminhos.

5 Considerações finais

Uma pesquisa sobre o ensino do feminismo negro através da cultura afro-brasileiros com mulheres negras pode oferecer uma abordagem educacional e emancipadora. Ao integrar elementos culturais significativos afro-brasileiros, o projeto não apenas transmite conhecimento musical, mas também fortalece a identidade e a autoestima das participantes negras. Através dessa prática, as mulheres negras são capacitadas não apenas a expressar-se artisticamente, mas também reivindicar sua história e cultura, promovendo um letramento racial, um entendimento mais profundo do feminismo negro como uma forma de resistência.

Referências

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.



SemiEdu 2024

FORMAÇÃO DE PROFESSORES
EM FOCO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SECADI. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-raciais**, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. 2010.

Realização

